

Análise das Interações da Audiência Pública da CRE sobre Regulação de Minerais Críticos, Terras Raras e Impactos Geopolíticos para o Brasil (PL 2780/2024) – 02/06/2026 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **161 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 02/06/2026, sobre a “Regulação de Minerais Críticos, Terras Raras e Impactos Geopolíticos para o Brasil (PL 2780/2024)”. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação da proposta e dos seus potenciais impactos sobre a soberania nacional, a industrialização, a proteção ambiental e o desenvolvimento estratégico do país.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 161

Temas principais:

1. **Soberania nacional, controle estatal, regulação e riscos geopolíticos (24%):** As interações destacam preocupações com a soberania mineral do Brasil, o risco de dependência externa, a disputa internacional por terras raras e o papel do Estado na definição das regras de exploração. O público questiona se o país conseguirá evitar a exportação de matéria-prima bruta, limitar a influência estrangeira, assegurar controle público sobre recursos estratégicos e estabelecer um modelo regulatório que preserve o interesse nacional. Também aparecem manifestações favoráveis à atuação de empresas públicas, à imposição de contrapartidas e ao controle estatal da cadeia produtiva.

Exemplo: “Que garantias o PL dá de que o Brasil não vai se tornar uma colônia de exploração de terras raras feita por países mais ricos?” (Jonatha D. - GO)

2. **Industrialização, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico (20%):** Neste tema, predominam manifestações favoráveis à verticalização da cadeia, com defesa de refino, beneficiamento, processamento e produção de bens finais no Brasil. Os cidadãos insistem que o país não deve repetir o modelo de exportação de commodities e precisa investir em tecnologia, pesquisa, indústria nacional e transferência tecnológica. Também surgem sugestões de parcerias com universidades, criação de estruturas públicas específicas e retenção de valor no território nacional.

Exemplo: “Temos que focar em não apenas fornecer a matéria-prima, precisamos receber e aprender toda a tecnologia de beneficiamento.” (Felipe D. - BA)

3. **Proteção ambiental, licenciamento e recuperação de áreas (18%):** As participações tratam das salvaguardas ambientais necessárias para a exploração de minerais críticos e terras raras, com forte ênfase em licenciamento, monitoramento, áreas sensíveis, recuperação de áreas degradadas e punição a danos ambientais. O público demonstra preocupação com desmatamento, impactos sobre biodiversidade, recursos hídricos e riscos de flexibilização regulatória em nome da aceleração de projetos. Também há cobranças por condicionantes mais rigorosas e por equilíbrio entre exploração econômica e proteção socioambiental.

Exemplo: “A exploração deve prever avaliações ambientais estratégicas antes da concessão das áreas e exclusão de áreas ambientalmente sensíveis.”
(Elizabeth G. - BA)

4. **Comunidades locais, povos tradicionais e repartição de benefícios (15%):** Este conjunto reúne demandas por consulta prévia, livre e informada, proteção de territórios tradicionais, participação de povos indígenas e comunidades tradicionais nas decisões e repartição dos ganhos econômicos. Os cidadãos pedem que os benefícios da exploração cheguem às populações afetadas, com compensações, fundos regionais, desenvolvimento social e proteção contra impactos sobre modos de vida locais. Há também críticas à ausência de representação com voz efetiva nos mecanismos de governança.

Exemplo: “Como comunidades tradicionais afetadas participarão dos benefícios econômicos gerados pelos minerais estratégicos?” (Andre D. - AM)

5. **Fiscalização, estrutura do Estado e fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (13%):** As manifestações apontam preocupação com a capacidade institucional do Estado para regular e fiscalizar o novo marco, especialmente diante da falta de pessoal, orçamento e estrutura da Agência Nacional de Mineração (ANM). O público questiona se a expansão da mineração estratégica poderá ser acompanhada sem fragilizar a segurança regulatória e a fiscalização de barragens, licenças e condicionantes. Também surgem sugestões de contratação de servidores, reforço técnico e criação ou reorganização de estruturas administrativas.

Exemplo: “Como essa lei vai vingar se um dos principais braços executores dela, a ANM, está em situação de penúria, com 60% dos cargos vagos?” (Julio C. - MG)

6. **Benefícios econômicos, royalties e uso social da riqueza mineral (10%):** Neste tema, o foco está em como a exploração poderá gerar retorno concreto para o país e para a população, com debates sobre emprego, desenvolvimento regional, financiamento de políticas públicas, fundos específicos e distribuição de ganhos. Parte das manifestações questiona se a riqueza mineral ficará concentrada em poucos agentes ou se haverá mecanismos para transformar a exploração em bem-estar coletivo. Também aparecem pedidos por contrapartidas obrigatórias e por uso social dos recursos.

Exemplo: “A exploração desses minerais pode gerar empregos e desenvolvimento regional?” (Loize C. - MT)



Em conclusão, a audiência pública revelou uma diversidade de opiniões sobre a regulação dos minerais críticos e das terras raras no Brasil, com um debate centralizado entre a exploração econômica desses recursos, a defesa da soberania nacional e a necessidade de industrialização interna. As preocupações com a proteção ambiental, a fiscalização estatal, os impactos sobre comunidades afetadas e a capacidade institucional da ANM foram temas recorrentes, enquanto sugestões sobre controle público, agregação de valor, transferência de tecnologia e repartição dos benefícios também estiveram presentes nas manifestações do público.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=39169>.